

Revolução e inocência: o perfil político do campesinato brasileiro por José de Souza Martins

LEONARDO SOARES DOS SANTOS*

Resumo: Este artigo analisa algumas noções e teses do trabalho de José de Souza Martins, especialmente aqueles aspectos concernentes ao papel revolucionário dos camponeses brasileiros, durante o período de 1945-1964. Neste texto, as considerações sobre um suposto caráter revolucionário dos camponeses vão ser confrontadas com a prática política cotidiana de alguns grupos políticos do campo e da cidade. Nossas fontes de informação são constituídas de jornais, documentos sindicais e declarações de congressos camponeses e encontros.

Palavras-chave: movimentos sociais; camponês; cultura política; Partido Comunista do Brasil.

I

Este artigo tem como objeto a discussão travada por José de Souza Martins sobre o papel do campesinato brasileiro na política nacional, particularmente no tocante aos rumos da reforma agrária do país. Não queremos aqui rechaçar por completo as teses e assertivas daquele autor; também não é nossa pretensão analisar, em sua totalidade, a prática política do campesinato brasileiro – tarefa deveras impossível no espaço conferido a este artigo. Queremos tão-somente, com base na confrontação com momentos da prática de luta de alguns grupos camponeses de determinadas regiões do país, apresentar elementos que ajudem na tarefa de relativizar e questionar algumas afirmações presentes na leitura que o autor buscou impor sobre a história do campesinato brasileiro. Portanto, não pretendemos substituir uma visão por outra, mas simplesmente convidar a uma maior reflexão sobre o assunto, cujo campo, aliás, ainda se mostra aberto para inúmeras novas pesquisas.

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista da Capes. E-mail: leossga20@hotmail.com

II

A desconfiança a respeito das organizações de esquerda, principalmente o PCB, será uma das marcas das análises de José de Souza Martins a respeito das mediações realizadas por grupos políticos junto ao movimento dos camponeses e trabalhadores rurais brasileiros no século XX. Em *Os camponeses e a política no Brasil*, o autor defende que o lugar político atribuído ao camponês sempre foi o de um “excluído”. Fato que acarretaria incômodas conseqüências para o relacionamento destes com os grupos políticos urbanos, pois que é assim,

[...] excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político. [...] às vezes será encarado como um perigo, outras vezes como um incapaz de fazer história, de definir e atuar no processo histórico senão no sentido de contê-lo. (Martins, 1983, p. 25)

Essa exclusão dos camponeses do “pacto político” seria o acontecimento que, na versão de Martins, informaria o entendimento da sua

ação política pelos grupos e classes sociais. Durante esse período de exclusão, só restaria aos camponeses viver nos acanhados limites constituídos pelo “tempo da inocência” (Martins, 1993, p. 12-13).¹ O distanciamento do debate político nacional experimentado por essa categoria teria impedido a afirmação de seus direitos de cidadania e de sua importância histórica para a construção da nação. Tal fato tinha, portanto, um duplo efeito: incapacitava-os para uma atuação política organizada e eficaz, de grande voz e expressão (como fartamente se podia ver nas cidades) e, como consequência, tornava-os presa fácil dos grupos políticos urbanos que se lhes apresentavam com “promessas” de remediar tal debilidade. Os camponeses, assim somos levados a crer pela chave de explicação formulada por Martins, eram essencialmente sujeitos não somente excluídos como inexperientes em relação às coisas da política. E esse último ponto foi determinante para as relações levadas a efeito entre eles e as organizações políticas: uma relação desigual, já que, de um lado, havia um sujeito que acreditava piamente na generosidade e no desinteresse de um “aliado” astucioso – que há muito vivia um outro tempo, o “tempo da política” –, que só pensava (às escondidas) em satisfazer interesses que nada tinham a ver com a realidade imediata dos que ainda estavam presos ao “tempo da inocência”.

Martins parece querer nos convidar a desvendar, por trás dos programas, projetos e propostas dos grupos políticos que atuavam no

1. Tal situação só seria superada, segundo Martins (1989), a partir do final da década de 70 e, principalmente, durante o processo chamado de “transição democrática”. Acontecimento ao qual o autor dedicaria, em um tom abertamente épico, essas emocionadas linhas: “Está terminando o *tempo da inocência* e começando o *tempo da política*. Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História”. Tal situação só mudaria a partir da década de 1950, quando, por meio dos levantes armados de Porecatú e Pato Branco (Paraná), Santa Fé do Sul (São Paulo), Trombas e Formoso (Goiás) e do próprio movimento das Ligas Camponesas no Nordeste, os camponeses despertariam, pela via radical, para a política. Ao menos quanto ao exemplo de Goiás, a pesquisa de mestrado realizada atualmente por Leandro Esteves (UFF) tem revelado aspectos e dimensões impossíveis de serem compreendidos pela simples caracterização desse movimento como “radical” ou “revolucionário”.

campo e que se apresentavam como aliados e representantes incontestes das “massas camponesas”, uma trama eminentemente política, cujo fim era exercer forte controle sobre o movimento camponês, de modo a fazer dele um mero apêndice do “movimento operário”. Além de uma boa dose de esperteza, ingrediente que parece ter faltado à “consciência de classe” dos camponeses, Martins diz que é preciso entender que: “A história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela do campesinato” (1983, p. 81).

A versão de Martins sobre a mediação das organizações de esquerda não era algo isolado dentro do cenário acadêmico. Suas opiniões – tais como as que se encontram nos seus trabalhos da década de 1980 e início de 1990 – estão imersas em um contexto intelectual marcado pelo surgimento de estudos sobre os “novos” movimentos sociais. Esses estudos, ao menos uma parte significativa, tiveram como algumas das principais referências teóricas autores como Alan Touraine (1989) e Günder Frank (1989). Podemos notar nos trabalhos destes um forte apelo contra o envolvimento da sociedade civil organizada com organizações políticas e o aparelho estatal como um todo: algo que seria exemplarmente evitado pelos “novos” movimentos sociais. Do contrário, estes ver-se-iam diante de um grande dilema: se, por um lado, tal tipo de ligação ofereceria aos movimentos maiores possibilidades de sucesso e eficácia no encaminhamento de suas reivindicações, por outro, perderiam a sua capacidade de autonomia e, por consequência, correriam o risco de serem “canalizados” e “cooptados” em favor de “fins políticos que são definidos fora deles” (Ferreira, 1994, p. 170). É como se esse último fosse, para o movimento social, um preço a pagar pela aceitação de alianças com “agentes externos”. E, para alguns estudiosos do tema no Brasil, esse era um preço muito caro e que não valia a pena ser pago. Antônio Paulo de Rezende, ao comentar o significado histórico dos “novos” movimentos sociais, é o que melhor resume o *otimismo* desses estudiosos:

Os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta

por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, é claro, os seus agentes), como produtores da História, como forças instituintes que, além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam, com sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos. (Apud Sherer-Warren, 1987, p. 51)²

Havia, é claro, vozes destoantes. Um exemplo é Eunice Durham, para quem as ligações dos movimentos sociais com partidos políticos é de fundamental importância, já que são eles “que estabelecem elos entre mobilizações restritas, centradas no interesse de alguns, com forças sociais e políticas mais universalizantes, presentes no conjunto da sociedade” (Durham, 1984, p. 30). O interessante é que o próprio José de Souza Martins, em *A militarização da questão agrária no Brasil*, reconhece a importância desse aspecto, o da legitimidade conferida a um movimento pelo reconhecimento por outros grupos e classes sociais dos direitos reivindicados. No entanto, faz questão de ressaltar que o “reconhecimento dessa legitimidade não avançou com a mesma intensidade entre os partidos políticos – [...] geralmente muito ambíguos ainda em relação ao assunto” (1985, p. 96-97). Ou seja, Martins tinha motivos e argumentos para ter adotado uma perspectiva, no mínimo, muito próxima daquela primeira assinalada anteriormente. Como resultado, sempre que procurou resgatar a história das lutas no campo em várias regiões do Brasil, e em diferentes períodos, o autor o fez com a preocupação de chamar a atenção para o problema da “infiltração” e da “instrumentalização” dessas lutas pela esquerda brasileira (1983, p. 77-92).

Em certas situações, os grupos políticos “aliados” tenderam não só a perseguir interesses estranhos à luta camponesa como também a agir contra o sucesso do movimento camponês. É o que *denuncia* o autor quando escreve que

[...] os diferentes grupos que procuraram resgatar a voz dos camponeses e dar-lhe dimensão política, mobilizando-o e recrutando-o, seja nas lutas imediatas, nos movimentos localizados, seja nas associações e sindicatos, para fazer da sua queixa uma queixa política e permanente, empenharam-se de diferentes modos, e com diferentes intensidades, em evitar uma revolução camponesa no Brasil. (1983, p. 92)

Em *Caminhada no chão da noite*, o autor ratifica essa opinião (ou *denúncia*) quando declara que a reforma agrária foi proposta nas décadas de 1950 e 1960 “como forma de esvaziar, domesticar e instrumentalizar a luta pela terra” (1989, p. 13). O autor parte da suposta constatação de que a atuação da “esquerda” no campo acabou por negar o sentido mais importante da luta pela terra – o monopólio da terra, que tem na renda da terra seu alicerce. As lutas do campesinato, ao tentarem remover o centro das relações de dominação, sofreriam os contra-ataques não só do “Estado conservador” e da “burguesia rentista e oligárquica” como também da “pequena burguesia iluminista” sediada nos partidos e universidades, ainda impregnada pela “ideologia liberal e reformista” (1989, p. 13).

Decerto que a questão de saber se a luta pela revolução no campo estava sendo conduzida de maneira correta era algo que motivava reflexões no interior do próprio PCB. Não só reflexões como também dissensos, conflitos e “rachas”. As linhas políticas e projetos dos comunistas veiculadas através de suas *teses*, *declarações* e manifestos eram inflexões não só das relações do partido com forças políticas rivais (partidos, Estado, aparelho repressivo etc.) como também dos embates entre “cúpula” e “base” e de disputas entre as próprias lideranças. Um exemplo foi a discussão travada a respeito do tratamento dado pelos comunistas sobre a questão agrária na época do IV Congresso (1954-1955). Em um informe apresentado nesse evento, Oto Santos – conhecido líder camponês dos círculos comunistas – teceu duras críticas à atuação do PCB, que, segundo ele, pecava pelos excessos de suas “tendências sectárias”, o que causava “os mais graves prejuízos à ação do Partido no campo” (Santos, 1996, p. 50). Outra

2. Outro trabalho significativo dessa perspectiva é de Jacobi (1980).

“fraqueza” identificada por Santos consistia na persistente subestimação por parte do partido da aliança operário-camponesa (“base indestrutível da frente democrática de libertação nacional”) e da importância dos camponeses como “aliados fundamentais do proletariado”. Malgrado os erros e as insuficiências do partido, Santos esforçava-se em fazer com que seus camaradas e companheiros vissem que era preciso conquistar de uma vez por todas para as fileiras do partido os camponeses, essa “poderosa força revolucionária”:

Sem ganharmos os camponeses não pode haver movimento democrático e patriótico conseqüente, não se podem desenvolver vitoriosamente as lutas libertadoras de nosso povo. As lutas e a organização das massas camponesas, dirigidas pelo nosso Partido, são fatores decisivos para a vitória de nosso Programa, para a vitória da revolução democrática popular no Brasil. (1996, p. 51)

O mais importante dessa intervenção de Santos é que, desde que feitas as devidas correções no “método de trabalho” com as massas camponesas, ele não tinha nenhuma dúvida de que estava trabalhando em prol da revolução, não só no meio rural mas em todo o país.

Poucos anos depois, no final da década de 1950, o PCB adotaria uma linha política de tom mais conciliatório, visando à transição pacífica para o socialismo. Linha esta, formulada na Declaração Política de 58 e ratificada em grande parte no V Congresso de 60, que sofreria grandes críticas no interior do partido. Porém, uma liderança camponesa do partido, Nestor Vera, concentraria seus ataques sobre um aspecto em particular: argumentando que o problema camponês era a “questão central da revolução”, entendia que o PCB tinha “colocado em segundo plano”, desde 58, o camponês como o aliado fundamental do proletariado na revolução (Veras, 1996, p. 57). A seu ver, quem quisesse realizar a “revolução antiimperialista e antifeudal” teria de reconhecer que o “centro da revolução é o campesinato”, pelo simples e evidente fato de que era a maioria da população, a parte do povo mais sacrificada e a parcela que “mais vantagens imediatas consegue com

a expulsão do imperialismo e a liquidação dos latifundiários: carrascos dos camponeses” (1996, p. 61).

Só com esses dois exemplos já nos é possível ver o quanto é problemática a questão da inclinação do PCB em lutar ou não pela revolução. Subtende-se, a partir desses exemplos, que a própria definição sobre a revolução era um verdadeiro campo de disputa no interior do PCB. Mesmo nos documentos em que o partido se encaminha para um método de atuação de caráter conciliador, ele sempre deixava brechas para providenciais “mudanças de orientação”.³ Ademais, mesmo quando pregava uma transformação pacífica, o PCB tinha perfeita convicção – ao menos para ele – de estar conduzindo “as massas”, dentro dos parâmetros fornecidos pelo marxismo-leninismo, em um inelutável “movimento revolucionário”.

Talvez fosse mais frutífero se perguntássemos: afinal de contas, os camponeses estavam propensos a fazer alguma revolução? Ou se quisermos ser mais precisos: pelo que os camponeses lutavam? Ou se quiséssemos ainda usar a mesma linguagem de tipo normativo e formal de José de Souza Martins: o que realmente ansiavam os camponeses: revolucionar as relações sociais no campo e instituir uma “nova ordem” ou tão-somente garantir condições mínimas para uma “vida decente” dentro da “mais perfeita ordem”?

III

O quadro pintado por Martins sobre uma classe camponesa obstinada em revolucionar a

3. Se, na Declaração de 1958, encontramos um apelo pela luta da ampliação das leis trabalhistas por meio do voto e do parlamento, também vemos o seguinte: “A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade – a de uma não-pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão da inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro” (Carone, 1981, p. 193). Nas teses do V Congresso pode-se ver também que: “O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico exige a mobilização das massas, a ação enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias. Exige a luta de massas, que *não exclui os choques e conflitos com o inimigo*” (1981, p. 221) (grifo meu).

sociedade brasileira – e que só teria sido impedida por, entre outras coisas, uma suposta “traição” da esquerda brasileira – sofre os primeiros arranhões quando nos deparamos com aspectos simples, mas concretos, do processo de luta de certa parcela do campesinato e de sua relação com partidos políticos, especialmente o PCB. Um primeiro aspecto tem a ver com a forma como os comunistas iniciavam os primeiros contatos com os camponeses, de modo a realizar um trabalho de mobilização e organização junto a eles. As antigas lideranças que atuavam no campo são unânimes em apontar a dificuldade de revelarem aos camponeses a sua verdadeira identidade política e ideologia. O que é estranho, se pensarmos que eles estavam lidando, segundo Martins, com uma classe revolucionária. Perguntado se ele e outros militantes do PCB no campo diziam que eram comunistas, Lyndolpho Silva responde:

Não. Era nome feio em alguns casos. Às vezes podiam aceitar, mas comumente se alguém dizia que aquele cara era comunista... se apavoravam. Trabalhávamos como sindicalistas. (Silva, 1994, p. 84)

Dificuldade idêntica é mencionada por Irineu Luís, notória liderança camponesa do interior paulista. No início de seus contatos com os camponeses, uma coisa que fazia questão de evitar era “falar na Rússia de cara”. Segundo ele, pelo fato de os camponeses ainda estarem “com a religião na cabeça”, era conveniente que não revelasse as suas ligações com o PCB:

Eles pensavam que o partido comunista liquidaria a religião. Então, precisava ter muito cuidado. Depois que eles entendiam mesmo que rezar todo dia não tinha importância, e que ser comunista era também rezar, podia ser feito o trabalho, dar as tarefas. Por mais atrasados que fossem, eles aceitariam. (Welch e Geraldo, 1992, p. 154)

Em outra ocasião, Irineu relata que, em Sertãozinho, quando foi fazer, a mando do PCB, “um trabalho nas usinas para a posse de Jango”, mesmo quando já tinha conseguido reunir dois mil trabalhadores dessas usinas, comprovando o sucesso de sua atuação, “não levantava com

eles o comunismo”, pois “ainda tinha gente que se assustava” (Welch e Geraldo, p. 164-165).

Um segundo aspecto que o trabalho dessas lideranças traz à luz é da possível existência de uma tendência *legalista* presente no padrão de contestação camponês, ao menos até o final da década de 1950. José Leandro, liderança que atuava no Ceará, considera que a iniciativa de João Goulart em reconhecer oficialmente os sindicatos rurais foi bem-sucedida, “porque, pelo menos onde eu trabalhei e dei toda a minha atividade, cheguei à conclusão de que os camponeses são legalistas” (Leandro, 1988, p. 62). Lyndolpho Silva transmite opinião idêntica quando descreve a criação de associações de caráter civil (associações de lavradores) pelos comunistas no início da década de 1950, em substituição às ligas camponesas de meados da década anterior. Essa forma de organização era, segundo Lyndolpho, “de mais fácil registro” e tinha o amparo jurídico do Código Civil. De forma que esse tipo de entidade, “dentro da lei”, dava mais “confiança” aos trabalhadores e mais “solidez ao movimento” (Silva, 1994, p. 70).

Talvez esse caráter “legalista” possa ser tomado como um dos fatores que explique o fracasso da aplicação de linhas políticas não-pacíficas dos comunistas entre os camponeses. Nesse sentido, é muito interessante o depoimento de José Leandro sobre a tentativa de difundir junto aos camponeses de algumas localidades cearenses os princípios do *Manifesto de Agosto* (1950), cuja linha era a da luta insurrecional:

Eu reuni um bom número de companheiros e chamava eles para uma luta mais forte, no rumo da citada pelo *Manifesto de Agosto*. Eu dizia que nós podíamos chegar a fazer uma Reforma Agrária no pulso e tomar a terra dos latifundiários pela força. O José Gomes [um lavrador companheiro, até aquele momento, seu] perguntou: “E as armas, companheiro, onde é que a gente vai arranjar?” Eu respondi: “As armas estão nas mãos dos soldados, os soldados são filhos, dos pobres, a gente chega lá e toma as armas com o apoio deles”. Aí ele disse: “Companheiro, você pode desde já me botar fora desse negócio, me tire dessa lista [...] então como é que o companheiro acha que nós [...] podemos tomar um latifúndio a pulso, sem

saber de onde a gente vai tirar as armas? Eu quero dizer para o companheiro que, dessa hora em diante, eu desisto dessa organização. (Leandro, 1988, p. 62-63)

O mesmo Leandro reconhece que os camponeses não queriam nada com luta armada, desejavam sim coisas como reforma agrária e criação de sindicatos rurais reconhecidos pelo governo: “Então, os camponeses queriam a luta, a gente sabia que eles queriam, mas uma coisa legal, uma coisa que viesse da parte do governo também” (1988, p. 63).⁴

Mesma situação se pôde comprovar no início dos anos 50 – em plena “vigência” do *Manifesto de Agosto* – no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Nessas duas áreas, o partido orientava formas de resistência com base nos textos legais. A luta dos posseiros tinha como ponto central a reivindicação de usucapião, a partir do Código Civil (Medeiros, 2001, p. 217). O interessante é que os posseiros tentavam ir além do simples uso da lei em defesa de suas causas nos tribunais: procuravam intervir no processo mesmo de produção dessas leis. Boa parte das resoluções aprovadas no I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal, em 1953, versava sobre a necessidade de alterações e regulamentação de artigos do Código Civil, do Código do Processo Civil e da Constituição Federal que tratavam de questões como usucapião, reintegração de posse, desapropriação e arrendamento rural.

Um terceiro e último aspecto a se destacar é o caráter pragmático dos camponeses em relação à formulação de suas reivindicações. É frustrante para o estudioso que vê o campesinato

como portador de uma mensagem revolucionária, “na cena da História”, quando se depara com o peso das reivindicações de cunho específico e localista de nossos “revolucionários”. Não que eles fossem incapazes de trabalhar em favor de projetos de interesse regional ou nacional (fator que será discutido mais adiante), mas o que realmente os levava à luta ou, conforme diz Lyndolpho Silva, “o que sensibiliza(va) o camponês ...[eram] as preocupações mais imediatas, urgentes” (Silva, 1994, p. 78).

Irineu de Moraes lembra que a principal reivindicação dos colonos de café em Londrina era a concessão pelos fazendeiros de um quintal para que pudessem cultivar uma horta e criar um porco (Welch e Geraldo, 1992, p. 130). Para “liderar no campo” era importantíssimo, segundo ele, que se tivesse absoluto conhecimento e “habilidade” no trato dessas reivindicações. No geral, as reivindicações dos trabalhadores rurais assalariados eram: oito horas de jornada, férias, aumento de salário, abono-família etc. Já os pequenos proprietários tinham como principais preocupações a falta de garantia na venda de seus produtos, o preço do adubo, crédito, ajuda para produzir e segurança sobre a posse da terra (Welch e Geraldo, p. 132-133). Havia, como se pode ver pelo caso de Londrina, variações que dependiam do tipo de ocupação e trabalho, assim como do município ou da fazenda em que os trabalhadores estivessem localizados. Em Araquara, por exemplo, enquanto os arrendatários reivindicavam coisas como baixa no preço de arrendamento e facilidades na venda de seus produtos, os pequenos proprietários queriam “deixar de ter sua lavoura prejudicada pelo veneno que a fazenda soltava de avião” (Welch e Geraldo, p. 145). Já em Pradópolis (SP), a reivindicação comum dos trabalhadores de usina era pelo fim do sistema de “gatos”. O “gato” era um tipo de empregador a serviço dos fazendeiros que cuidava do transporte, da organização das atividades e da vigilância, ou como bem diz Moraes: o “gato” era “quem ficava olhando, quem perseguia, quem mandava embora, quem falava mal do trabalhador nas usinas” (Welch e Geraldo, p. 171).

Esse quadro, constituído pelos problemas concretos enfrentados pelos camponeses e no

4. Uma experiência vivida por Irineu Moraes confirma esse tipo de visão: “Era só saber como colocar o problema do jeito que eles aceitassem, até chegar ao ponto de pedir para que convidassem mais gente. Era só saber como colocar a discussão, não como muitos que chegavam e já falavam: ‘Vamos tomar as terras lá diante!’”, (Welch e Geraldo, 1992, p. 152). Oto Santos defende a opinião de que foi exatamente não ter levado em conta a diversidade de interesses dos diferentes setores do campesinato a principal razão do fracasso da luta pela terra em Porecatú (Paraná): “Foi a não-utilização de todas as formas de luta ao lado da luta armada, foi o não-levantamento das reivindicações dos colonos de café, dos empreiteiros e dos assalariados agrícolas conjuntamente com as reivindicações dos posseiros, as principais falhas que levaram a importante luta de Porecatú ao isolamento e à derrota” (1996, p. 51).

qual as reivindicações imediatas tinham grande peso, não é muito diferente do encontrado no Sertão Carioca (zona rural da cidade do Rio de Janeiro). E aqui o movimento reivindicatório dos lavradores elegerá como um dos seus principais interlocutores as autoridades legislativas e executivas cariocas. Ao se dirigirem em protesto rumo à Câmara Municipal, em agosto de 1954, os lavradores da região apresentaram as seguintes reivindicações: levantamento do cadastro de todas as propriedades do então Distrito Federal (“já anunciada três vezes e nunca concretizada”); participação dos lavradores na organização desses cadastros; crédito fácil e barato, “sem burocracia e sem pistolão”; participação na elaboração das tabelas de preços; prazo não superior a seis meses para propriedade plena, uma “tradição de mais de 30 anos” dos posseiros, arrendatários etc.; redução dos impostos; garantias de mercado para sua produção; medidas contra intermediários; melhoria das estradas; máquinas para preparar a terra, sementes, ração, inseticidas etc.; nova dragagem dos canais principais que cortavam a região, limpeza das valas secundárias; postos de saúde, escolas, água encanada e luz.⁵

Dois anos depois, os lavradores comparecem à Câmara Federal da então capital da República e ao Palácio Guanabara (sede da municipalidade na época) para reivindicar as mesmas coisas já citadas. Exigiam também a proibição de loteamentos de terras cultivadas e sua imediata desapropriação e a construção de postos agropecuários de defesa sanitária vegetal e animal.⁶ Em finais de abril de 1958, os lavradores cariocas, “tendo em vista a situação de verdadeira penúria que chegou” entre eles e “conscientes das suas responsabilidades, como parcela que são dos fatores de criação da riqueza e do desenvolvimento” do Distrito Federal, organizaram a I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal. Queriam discutir com “objetividade e amplitude” os problemas que mais os afligiam. No final, oficializaram as seguintes reivindicações: 1) aprovação pelo Congresso Nacional da lei que garante a propriedade àqueles que trabalham na terra há dez anos; 2)

o zoneamento do Sertão Carioca pela Câmara Municipal; 3) regulamentação da assistência técnica dos postos da Secretaria Geral de Agricultura da Prefeitura e do Ministério da Agricultura às entidades dos lavradores; 4) assistência econômica por parte do Banco do Brasil e do Banco da Prefeitura, “sem nenhum entrave burocrático”, aos posseiros, meeiros e arrendatários; 5) regularização e “abreviação” da lei de usucapião, “a fim de evitar as chicanas jurídicas que tanto retardam esses processos”; 6) melhoria da educação, saúde e assistência, iluminação, urbanização, águas e esgotos na zona rural; 7) direito de obtenção da carteira de lavrador junto à Secretaria de Agricultura pelos membros das associações “legalmente constituídas e atuantes”; 8) revogação dos artigos 371 e seguintes do Código do Processo Civil, impedindo os despejos coletivos de lavradores; 9) instituição de uma comissão permanente encarregada de atuar junto aos poderes públicos, de modo a promover a extensão da “legislação social” a todos os trabalhadores do campo.⁷ Fundamentalmente, os lavradores cariocas, ao atuar junto ao Congresso Nacional e à Câmara Municipal, buscavam: leis que protegessem a sua posse da terra, auxílio dos órgãos públicos de financiamento, reconhecimento de suas associações pelo Estado etc. Ou seja, nada de rupturas da ordem, transformações radicais, o que os lavradores cariocas queriam era uma reforma agrária mediante a proteção e o abrigo da lei.

Não queremos negar com isso que a luta por reivindicações específicas não pudesse provocar rupturas nas estruturas de poder. Porém, mesmo que provocasse (e em certo sentido o movimento camponês, principalmente a partir da década de 1960, assim o fez), é preciso que se reflita sobre as seguintes ponderações sobre os movimentos sociais: é necessário que não se confundam as motivações, intenções e discursos de seus agentes com as conseqüências de suas ações – coisas que geralmente fogem a seu controle e que podem seguir um rumo contrário ao que antes se previa. Da mesma forma é preciso que se avaliem os diferentes contextos – local e global – nos quais tais movimentos se inserem ou são inseridos

5. *Imprensa Popular*, 10/8/1954, p. 2.

6. *Imprensa Popular*, 3/6/1956, p. 3.

7. *Voz Operária*, 19/4/1958, p. 2.

(muitas das vezes contra sua vontade) e a forma como cada um desses contextos é afetado.

Nas experiências que relatamos do interior de São Paulo, do Paraná, do Ceará e do Sertão Carioca, podemos concluir que o que dá o tom aos movimentos reivindicatórios dos “camponeses” são os interesses mais imediatos: parece que eles estavam menos preocupados em revolucionar as “dimensões profundas” do sistema de poder e mais em garantir sacos de semente e ração, postos de saúde, quintal para criação de porco, inseticidas etc. Não que os camponeses estivessem preocupados com questões menores, estavam sim tentando resolver questões *concretas*, que tinham importância no seu dia-a-dia e que realmente faziam sentido.

Outra conclusão é de que os “camponeses” se esforçavam em obter apoio (material e simbólico) e legitimidade por parte dos poderes públicos – e o movimento dos lavradores do Sertão Carioca é um exemplo inequívoco. Isso fortalecia o movimento não só aos olhos da *opinião pública* como parecia também corresponder a valores morais das comunidades locais. E tais valores não só os impulsionavam a agir “dentro da lei” como ainda os levavam, como vimos, a ter grande receio em se relacionar com “gente comunista”.

Um outro ponto merecedor de exame diz respeito ao impacto dos movimentos camponeses no contexto mais global. A necessidade que os movimentos têm em obter reconhecimento de outros grupos sociais os impele a tecer relações e, conseqüentemente, confrontos com esses agentes. Os membros dos movimentos passam a ter de lidar com problemas e obstáculos que talvez nunca suspeitaram em enfrentar anteriormente. É como se o movimento e suas conseqüências não dependessem mais deles, mas de um intrincado quadro de relações de força sempre em movimento e de estabilidade muitas vezes efêmera.

José de Souza Martins defende a tese de que as esquerdas, ao invés de lutar pela terra junto com os camponeses, batalharam pela ampliação do mercado interno. Teoricamente, denuncia o autor, isso só favorecia a ampliação dos lucros da burguesia. Enquanto esta “procurava aumentar os seus lucros envolvendo-se nos negócios de terras, na grilagem, na especu-

lação”, inesperadamente acabava sendo favorecida nas cidades pelo discurso das esquerdas em defesa da reforma agrária (Martins, 1983, p. 92). Aqui, a concepção de reforma agrária era basicamente instrumental, voltada unicamente para a solução do problema da inflação, do mercado interno restrito e do desenvolvimento da indústria nacional (Martins, 1983, p. 90).

Martins aqui tenciona, como nas outras vezes, enfatizar a idéia do total desencontro de objetivos presente na relação entre o movimento camponês e os partidos e grupos políticos. Da maneira como ele formula a sua argumentação, fica parecendo que há uma contradição quase que absurda entre luta pela terra e busca pela ampliação do mercado interno. Vejamos o que pensava o PCB no início de 1955. Em um “manifesto” endereçado a todo o “povo carioca”, que tinha como título “Impõe-se a reforma agrária para a libertação econômica do país”, o partido assegurava que

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária em bases amplas e justas já conta com a adesão ativa de milhões de brasileiros. Representantes de todos os setores da vida nacional sentem que a todos interessam profundamente os imensos benefícios oriundos de uma equitativa, justa e democrática distribuição de terras a quantos queiram trabalhá-las. Tal medida, aliada ao amparo oficial aos camponeses, como crédito barato e a longo prazo que permitisse a aquisição de máquinas e ferramentas, sementes, adubos, etc., constitui uma aspiração nacional que, realizada, seria decisiva para tirar o país do atoleiro e da dependência econômica em que se encontra.⁸

Não faltava, por parte do PCB, irrestrito apoio a algo tão ansiado pelos “irmãos do campo” – a posse da terra. Podemos notar também o quanto os comunistas estavam antenados com os movimentos da época, ao mostrar que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores no campo não se resumia a concessão de terras; era preciso que se dessem condições (crédito, máquinas, sementes, adubo etc.) para que os “que labutam no campo” pudessem manter-se e progredir na sua posse (aliás, este é um argumento ainda hoje muito

usado pelos movimentos no campo). No entanto, a defesa dessas reivindicações não fazia com que o PCB se constrangesse em acrescentar algumas linhas depois, no mesmo documento, o seguinte argumento:

no momento em que a industrialização do país se torna uma aspiração de todo o povo e se apresenta como um fator decisivo de combate ao desemprego e à inflação e de progresso nacional, o levantamento do nível econômico do homem do campo com a criação de um grande mercado interno capaz de estimular e de sustentar o desenvolvimento da indústria se nos afigura como inadiável e de valor inestimável, pois, no campo, vivem mais de 2/3 da população do Brasil.⁹

Ora, a defesa da ampliação do mercado interno não excluía a defesa da posse da terra. E com esse raciocínio dos comunistas estavam de acordo alguns deputados federais, vereadores do Distrito Federal, dirigentes sindicais, membros de associações e intelectuais. Todos eles subscreveriam o manifesto do PCB. De certo modo, isso não contradiz a afirmação de Martins, pois poderíamos pensar que esse apoio nada teria de surpreendente, já que se tratava de indivíduos do setor urbano que consentiram com um documento que olhava para o campo com os “olhos” da cidade. Porém, esse mesmo documento “urbano” contou com as assinaturas de João Hardy, Raimundo Branco, Domingos Santoro, Manoel Cruz, Avelino Ferreira dos Santos, Amarillo Gurgel, Artur Várzea e Zeferrino Ferreira. E quem eram eles? Eram todos lavradores do Sertão Carioca. Sem contar que Antonio Caseiros, Antonio Gonçalves, Thomaz Branco, Francisco Alves, José Ribeiro de Carvalho e Heitor Rocha Faria, todos líderes das entidades representativas desses lavradores, também apoiaram com suas assinaturas o manifesto.

Em abril de 58, quando da realização da I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal já referida, os próprios reconheciam a indissociabilidade entre os dois fatores; diziam eles estarem

Certos de que o custo de vida é, em grande parte, decorrente do maior ou menor custo de produção e tendo em vista que o completo abandono e a desorganização da lavoura impossibilitam uma participação efetiva dos trabalhadores rurais na massa consumidora e uma colaboração positiva na solução dos problemas que agravam esse custo de vida, pretendem nessa Conferência dar uma contribuição objetiva e honesta a fim de que, com o seu auxílio, os Poderes Públicos possam vir em socorro da laboriosa e patriótica classe dos lavradores e, conseqüentemente, em ajuda de toda a nossa população.¹⁰

IV

Há uma outra questão de fundo presente e que tem a ver com a diferenciação formulada por Martins entre movimentos do campo e da cidade. Isso fica mais claro quando o autor comenta em tom de lamentação, em um trabalho posterior, que “a luta pela reforma agrária deve nascer do campo e não da cidade”. E continua: “infelizmente, temos a tradição de lutar pela reforma agrária na cidade” (Martins, 1982, p. 22). Ou seja, o autor via na relação desenvolvida pelo movimento camponês com setores urbanos não uma solução ou algo positivo, mas um problema, um elemento que tolheu as suas potencialidades.

Mas, se a relação entre movimentos urbanos e camponeses – ou mais simplesmente, a relação entre campo e cidade – se dava em termos tão dicotômicos, como se o isolamento de um em relação ao outro fosse condição necessária para o sucesso de ambos, o que poderia explicar o esforço dos militantes de ambos os movimentos em estabelecer relações, propósitos comuns e alianças? E se os setores urbanos lutavam por algo que nada tinha a ver com a realidade dos camponeses, somos então levados a fazer uma outra pergunta: por que estes então teimavam em obter seu apoio e aliança durante o desenvolvimento de suas lutas?

O contato muito próximo entre movimentos do campo e da cidade não foi uma exclusividade brasileira. Em muitos casos, essa relação foi determinante para os rumos dos movimentos em

9. Idem.

10. *Voz Operária*, 19/4/1958, p. 2.

questão.¹¹ Alguns trabalhos, curiosamente, tratam dessa questão sob um enfoque diferente do de Martins. Em um capítulo dedicado ao trabalhador rural em seu *A formação da classe operária inglesa*, Edward Thompson assinala que foram os trabalhadores urbanos e não os trabalhadores rurais que organizaram o movimento nacional mais coerente pela devolução da terra – entenda-se: um movimento pela reforma agrária. E esse fato, ao que parece, não foi um transtorno ou infelicidade para os “camponeses” ingleses. Pelo contrário, a participação de setores do operariado urbano é vista como algo extremamente positivo (1988, p. 66).

Impressão não muito diferente foi expressa, através de uma importante prática política, pelos trabalhadores rurais brasileiros. Mas é importante que se diga também que o seu empenho em ter os trabalhadores urbanos como aliados não foi fruto de uma afinidade de ordem subjetiva, como se tivessem sido simplesmente movidos por carinho e afeição aos “irmãos operários da cidade” – como queria fazer pensar, a seu estilo, o PCB. Esse empenho deveu-se, antes de tudo, a condições objetivas, ao enfrentamento, pelo movimento camponês, de um conjunto de problemas e obstáculos oferecidos por uma determinada correlação de forças. E isso se traduzia na seguinte questão enfrentada pelos trabalhadores do campo: a necessidade do movimento – e das reivindicações nele levantadas – em ganhar legitimidade e amplitude para muito além do âmbito local. Em certo sentido, pode-se dizer até mesmo que o movimento camponês foi obrigado a instituir relações com os movimentos urbanos se quisesse vislumbrar algum tipo de sucesso. Talvez possamos explicar melhor esse ponto através de alguns fatos.

Luiz Flávio Costa conta-nos, por exemplo, que, a partir de 1958 a questão da reforma agrária extrapola o âmbito do movimento camponês para ganhar espaço na imprensa e no Congresso Nacional (Costa, 1996, p. 64).¹²

11. O livro de Barrington Moore Jr (1975) é ainda o que contém a melhor síntese sobre movimentos camponeses pelo mundo. Este ponto específico encontra-se melhor discutido na parte referente à Revolução Inglesa.

12. Os primeiros sinais desse processo já podem ser vistos em 1955. O senador pelo PTB Alberto Pasqualini já dizia ser uma “exigência de todo o povo brasileiro a Reforma Agrária” (*Imprensa Popular*, 19/2/1955, p. 1).

No entanto, antes de abrir caminho nessas duas esferas, o movimento pela reforma agrária atrairia as atenções daqueles ocupados na promoção de outros movimentos sociais pelo país. Meses antes da realização do I Congresso Nacional de Belo Horizonte, no qual o grupo ligado a Francisco Julião obtém importante vitória sobre os comunistas e católicos, fazendo prevalecer a idéia de que a “bandeira da reforma agrária radical é a única capaz de unir e organizar as forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil”, a I Convenção Estadual dos Trabalhadores de Vitória constitui como objetivos prioritários o salário profissional, abono de Natal, contrato coletivo de trabalho, luta contra a inflação, medidas em favor do desenvolvimento industrial, previdência social e a necessidade de “lutar por uma justa e social reforma agrária, considerando-se que tal medida constitui-se em interesse nacional e, principalmente, do Espírito Santo” (Carone, 1981, p. 188-9). No ano seguinte, a classe dos comerciantes, por meio de seu I Congresso Nacional, reivindicava a criação pelo governo de escolas técnico-profissionais nos setores de comércio, indústria e agropecuária, assim como a realização dos pontos das Reformas de Base que incidiam diretamente sobre o setor: nacionalização dos bancos e combate à especulação, reforma tributária, reforma cambial, reforma da justiça do trabalho, reforma aduaneira e reforma industrial. E com a mesma ênfase com que defendiam medidas relativas aos seus interesses imediatos, os participantes do evento propugnavam por uma reforma agrária que não

consista apenas na redistribuição da terra; que a reforma agrária seja acima de tudo modificação das condições de vida e de trabalho do homem do campo mediante; a) elevação cultural; b) extensão das vantagens cidadinas ao homem do campo; c) racionalização da agricultura intensiva da lavoura e assistência técnica ao lavrador; d) proibição dos contratos de arrendamento leoninos em que 50 a 75 por cento da produção cabe ao dono da terra; e) meios racionais de distribuição dos produtos tornando menos onerosa sua entrega ao mercado consumidor. (Carone, 1981, p. 191-193).

Estes são apenas alguns exemplos de um fenômeno que parece ter se generalizado no seio dos movimentos sociais urbanos: a incorporação como bandeira de luta de uma reforma agrária capaz de beneficiar não só os trabalhadores do campo como a sociedade brasileira de modo geral.¹³

Mas é importante que vejamos que o processo que ora discutimos não era unilinear. A transformação da reforma agrária em “questão nacional” não se deveu apenas a uma vontade dos setores urbanos. E mais do que isso: essa incorporação não parece ter contrariado de forma alguma o “campesinato”. Pelo contrário, parece ter havido uma disposição por parte do movimento camponês em estabelecer pontos de contato com os movimentos urbanos. Os camponeses demonstravam ter clareza de que a relação entre os dois movimentos oferecia muito mais oportunidades de aproximação e aliança do que de antagonismo. Um exemplo marcante, e que mostra que as relações expressas na década de 1960 já vinham sendo trilhadas há alguns anos, foi o da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas de 1953, cuja convocação foi feita por 530 dirigentes sindicais urbanos (Silva, 1994, p. 77).

Os comunistas também tinham consciência disso, tanto que, ao modo deles, exploravam ao máximo as potencialidades que essa relação continha para a consecução de seus objetivos programáticos e “revolucionários”. Irineu Moraes relata que uma das formas que encontrou para mobilizar e sensibilizar os trabalhadores rurais de Araraquara foi ter insistentemente evocado o exemplo vindo das cidades. E a partir deles fazia as seguintes indagações: “por que os trabalhadores têm férias? Por que os trabalhadores da cidade têm isso? E aquilo?”. Ao que arrematava: “Porque eles lutam organizadamente em função do seu sindicato, organizando-se. O governo ou a fábrica são obrigados a ceder”. Irineu recorreria até mesmo ao exemplo dos “presos na cadeia”:

Dias antes tinha ocorrido um problema com presos na cadeia e eu falei: “Vocês não vêm

que os presos dentro da cadeia lutam por melhor alimentação, melhores condições? Lutam e vão à greve, quebram o pau e estão presos. Quer mais perigo do que o deles?”. (Welch e Geraldo, 1992, p. 144)

Não eram apenas os “exemplos da cidade” que sensibilizavam os camponeses. Em vários momentos, eles desenvolviam e dirigiam seu movimento de luta preocupados com a repercussão que ele teria na cidade. Ou seja, eles elaboravam suas reivindicações com um olho na lavoura e outro no “centro da cidade”. Um importante testemunho nesse sentido é o de José Pureza, sobre o movimento dos lavradores da Baixada Fluminense. Segundo nos conta, a Associação de Lavradores Fluminenses promovia criação de cooperativas para a venda de produtos ao “povo da cidade”, que visava não apenas a um escoamento melhor da produção dos lavradores, pois, ao vender as mercadorias por um preço mais baixo, “os trabalhadores da cidade eram beneficiados, passando a gastar uma parcela menor de seus salários na feira”. Para a liderança da ALF e os lavradores de sua base, isso era um ponto precioso em favor do reconhecimento de sua causa por parte da sociedade. E Pureza acrescenta que: “Com isso mostrávamos que a luta pela Reforma Agrária interessa não apenas aos camponeses” (Pureza, 1982, p. 86). Outros exemplos significativos nos são fornecidos pelo movimento dos lavradores do Sertão Carioca.

Dada a proximidade com o centro urbano, o Sertão Carioca oferecia aos seus lavradores a possibilidade de um contato intenso com a cidade. E isso se dava seja através das idas às feiras, como pelo fato de muitos desses lavradores também exercerem atividades na cidade como forma de complementação ao que ganhavam no trabalho com a lavoura. Mas a importância que esse contato tinha para o movimento dos lavradores cariocas não era apenas de ordem prática. Podemos perceber que essa ligação com a cidade tinha também uma importância estratégica, que permitia, por exemplo, conferir legitimidade aos seus reclamos e reivindicações. É o que se conclui quando acompanhamos as declarações de membros das comunidades de lavradores envolvidas na luta pela terra. Por

13. O trabalho de Aspásia Camargo (1973) ainda se mantém como referência obrigatória para a discussão dessa questão.

meio delas, os lavradores procuram transmitir a idéia de que o *seu* movimento visava atender aos interesses não apenas daqueles que dependiam diretamente da agricultura do Sertão Carioca como também aos de toda sua população urbana. A causa dos lavradores cariocas era apresentada como a causa de toda a população carioca. É verdade que esse tipo de idéia tinha sua força aumentada em razão da campanha tanto da imprensa quanto do legislativo carioca. Em julho de 1952, o jornal *Imprensa Popular* alertava que o despejo pela Marinha de lavradores da Fazenda Guandu-Sapé, no Mendanha, acarretaria “menos alimentos e preços mais caros”, ou seja, “sacrifícios que o carioca terá de enfrentar”. Dois anos depois, o jornal voltava com reportagens sobre os problemas vividos pelos lavradores de Jacarepaguá. Nelas exigia que as autoridades tratassem de atender com urgência às principais demandas dos lavradores: título de posse para as terras que ocupam; máquinas, adubos e sementes; administração dos mercados com direito de fixar os preços para os seus produtos; extensão da luz e “força” até o Recreio dos Bandeirantes. Todo o argumento do jornal se centrava na idéia de que, ao atender a essas reivindicações, a prefeitura estaria beneficiando não só aqueles que trabalhavam na “terra rica e dadivosa” do Sertão Carioca como também as donas de casa, os estudantes, os trabalhadores do comércio e da indústria situados no perímetro urbano da cidade, ou seja, “toda a população carioca”.¹⁴

Outro grupo que acompanhava com grande interesse os acontecimentos do Sertão Carioca era a classe política do Distrito Federal, principalmente os vereadores. As razões que eles expunham para justificar essa preocupação tinham como fundamento uma idéia que também era veiculada pela imprensa: a de que a atividade dos lavradores do Sertão Carioca era vital para o bem-estar de toda a cidade. Em março de 1947, a região sofreria com fortes chuvas, vários lavradores teriam suas plantações e benfeitorias total ou parcialmente danificadas, boa parte da safra tinha sido perdida, além de produtos como adubos. A situação era “vexatória e difícil”, segundo Ari Barroso, vereador pela União

Democrática Nacional. Os prejuízos foram estimados em vinte milhões de cruzeiros. Para alguns vereadores, “a tragédia que impera por aquela redondeza” podia trazer conseqüências desastrosas para a população urbana. Por tudo isso, defendia Breno da Silveira, “é preciso a nossa solidariedade por estes homens dos quais depende, em grande parte, a nossa própria alimentação, por conseguinte a alimentação do povo do Distrito Federal”.¹⁵ Poucos meses depois Breno da Silveira exigia, em caráter de urgência, soluções mais concretas, pois

Seria um nunca terminar, contar o drama da pequena lavoura no Distrito Federal, pois lágrimas e sangue pontilham a história desses heróis anônimos, que procuram abastecer a nossa cidade sob as maiores dificuldades e sofrimentos.¹⁶

Uma importante iniciativa nesse sentido, segundo o vereador, seria o cadastro das propriedades rurais. O que no seu entender iria “beneficiar os pequenos agricultores, por conseguinte o povo do Distrito Federal”.¹⁷ Quando entramos na década de 1950, podia-se ver nas discussões, nos projetos e nas leis realizados na Câmara Municipal o quase desaparecimento das possíveis distinções que poderiam haver entre preservar a área agricultável do Sertão Carioca e garantir o abastecimento da cidade. Isso vai possibilitar que os legisladores digam que os projetos de lei sobre as questões do Sertão Carioca tinham como justificativa principal o argumento de que eles estavam voltados, mais do que aos “pequenos agricultores sofredores”, para a própria “coletividade carioca”. Era pensando nisso que João Luiz de Carvalho, vereador pelo PTB, tinha apresentado seu anteprojeto sobre o zoneamento da Zona Rural do Distrito Federal, “para evitar que as cias imobiliárias gananciosas invadam a Zona Rural, retalhando as nossas terras, que hoje (1951) produzem alimentos para o povo e isso em pequenos lotes residenciais”.¹⁸ Desse modo,

15. *Imprensa Popular*, 18/7/1954, p. 3.

16. *Anais da Câmara do Distrito Federal*, 19/3/1947, p. 165.

17. *Idem*.

18. *Anais da Câmara do Distrito Federal*, 4/7/1951, p. 192.

14. *Imprensa Popular*, 7/7/1952, p. 8.

consolidava-se um discurso na Câmara que seria prontamente incorporado pelo movimento dos lavradores cariocas. Discurso que tinha um duplo efeito: conferia legitimidade ao movimento, ao reconhecer a validade das suas reivindicações, e favorecia a aproximação (mesmo que imaginária) entre esses lavradores e o “povo da cidade”. Passemos a ver, então, como esse discurso era formulado pelos próprios lavradores.

Em julho de 1951, os posseiros de Pedra de Guaratiba, liderados por Calú, um sujeito “com ares de chefe, [que usava] chapéu de abas largas, voz grossa dominando tudo”, ameaçavam pegar em armas, caso fosse preciso, se as companhias imobiliárias insistissem na sua remoção das terras do região para a construção de loteamentos. Coisa que era tida como absurda por pessoas que dedicaram boa parte de suas vidas para fazer com que áreas antes tomadas pelos pântanos dessem lugar a laranjais e a bananais, a plantações de limoeiros, frutas-do-conde e legumes, contribuindo não só para o próprio sustento como o da própria cidade. Para no final das contas acontecer aquilo sobre o que tanto lamentava Calú: “A gente trabalhou aqui sem auxílio de ninguém. Estamos abastecendo a cidade. Agora, querem tirar nossas terras para fazer casas de granfinos”.¹⁹ Expulsá-los daquelas terras era um grande prejuízo para o então Distrito Federal – era a conclusão a que chegou não só Calú como também todos aqueles posseiros, que se consideravam a “alavanca do Brasil”.

Em agosto do ano seguinte, o *Imprensa Popular* denunciava o total abandono a que tinham sido relegados os camponeses de Santa Cruz. O jornal trazia em destaque o depoimento do lavrador Pedro Cambuhy, 70 anos, cuja vida era “em todos os aspectos igual a de tantos outros lavradores que mourejam, de sol a sol, por este Brasil afora”, ou seja, “trabalho imenso, sacrifício e abandono completo”. Em contrapartida, mesmo com todas essas dificuldades, Pedro e os demais lavradores da localidade ajudavam no abastecimento do Distrito Federal.²⁰ No mesmo mês de agosto, os posseiros da Fazenda Curicica (Jacarepaguá), cuja história era marcada “de sangue, violências e desumanidades”, apelavam

às autoridades uma providência contra a grilagem de terras. Situação profundamente injusta, já que, segundo eles, contribuía com quarenta toneladas diárias de legumes e verduras para abastecer a cidade.²¹ Situação parecida era vivenciada pelos lavradores da Fazenda Guandu, em Mendanha, que, apesar de enviar dez toneladas na segunda, na quarta e na sexta para o Mercado de Madureira, viam-se na iminência de serem despejados pela Cia. Imobiliária Jardim Nossa Senhora das Graças. A revolta era tanta que Cirilo Ribeiro, lavrador entrevistado pelo *Imprensa Popular*, prometia estar de foice na mão para defender seus direitos.²² Passados quase cinco anos o problema persistia, com a família dos lavradores “à mercê dos intermediários e especuladores”. Uma comissão que representava essas famílias conseguiu uma audiência com o então ministro do Trabalho, Fernando Nóbrega. Tentaram mostrar o quanto eram prejudiciais as investidas de uma companhia de imóveis em lotear as terras “que forneciam grande parte dos produtos destinados à população da Capital da República”. Prejudiciais não só para eles lavradores, pois “esse loteamento, feito com fim especulativo, torna cada vez mais distante e mais cara a produção de gêneros alimentícios para a população do Rio de Janeiro”.²³ Os lavradores de Jacarepaguá iam além e afirmavam, “apoiados por todo o povo”, que

representam, sem dúvida alguma, uma considerável parcela atuante no desenvolvimento e prosperidade do bairro, com reflexos inconteste sobre a economia do Estado [da Guanabara], tendo, por isso mesmo, sérios deveres a cumprir bem como impostergáveis direitos a pleitear, frente à grave conjuntura que ora atravessamos.²⁴

V

Nas experiências que relatamos do interior de São Paulo, do Paraná, do Ceará e de toda a área do Sertão Carioca, podemos concluir que

19. *O Globo*, 7/7/1951, p. 1.

20. *Imprensa Popular*, 14/8/1954, p. 3.

21. *Imprensa Popular*, 30/8/1952, p. 4.

22. *Imprensa Popular*, 11/11/1954, p. 8.

23. *Terra Livre*, março de 1959, p. 4.

24. *Luta Democrática*, 11/10/1961, p. 1.

o que dava o tom aos movimentos reivindicatórios dos “camponeses” eram os interesses mais imediatos. Os indícios levam a crer que eles estavam menos preocupados em revolucionar as “dimensões profundas” do sistema de poder e mais em garantir sacos de semente e ração, postos de saúde, quintal para criação de porcos, inseticidas etc. Não que isso significasse que os camponeses estivessem preocupados apenas com questões “menores”; estavam sim tentando resolver questões *concretas*, que tinham importância no seu dia-a-dia e grande sentido e relevância para suas vidas.

Outra conclusão é a de que os camponeses se esforçavam em obter apoio (material e simbólico) e legitimidade por parte dos poderes públicos – e o movimento dos lavradores do Sertão Carioca é um exemplo inequívoco. Isso fortalecia o movimento não só aos olhos da opinião pública como parecia também corresponder a valores morais das comunidades locais de lavradores. Tais valores não só os impulsionavam a agir “dentro da lei” como ainda os levavam, como vimos, a ter grande receio em se comprometer com propostas de ação que negassem a mediação legal.

Um outro ponto que, a nosso ver, deveria ser melhor examinado, e sobre o qual o ponto de vista de Martins oferece poucas possibilidades de esclarecimento, diz respeito ao impacto dos movimentos camponeses no contexto mais global. A necessidade que os movimentos têm em obter reconhecimento de outros grupos sociais os impele a estabelecer relações de proximidade e simpatia com uns e de conflito com outros. Ao passo que tais ligações são firmadas, os membros dos movimentos começam a ter de lidar com problemas e obstáculos que talvez nunca suspeitaram em enfrentar anteriormente. É como se o movimento e suas consequências não dependessem mais deles, mas de um intrincado quadro de relações de força, no qual está forçosamente inserido, e que está sempre em movimento, cuja estabilidade é quase sempre efêmera. Não é só o movimento que é afetado por esse quadro, também o são os grupos sociais e políticos com os quais ele estabelece relações. É a esse turbilhão de pressões, de choques de interesses, de acontecimentos inesperados, de desafios e obstáculos etc.

que a atuação de cada agente envolvido deve ser referida. É a esse quadro também que toda e qualquer consideração a respeito do suposto caráter revolucionário do movimento camponês tem de prestar contas. Não sendo assim, corre-se o sério risco de que se tome como um *dado* da realidade seja o discurso apologético da militância e das lideranças políticas, seja a campanha ideológica das forças repressivas e da imprensa, no sentido de alertar a *boa sociedade* contra a “onda subversiva” que incidia sobre os movimentos do campo.

Mesmo sendo um contexto tão conturbado, os camponeses demonstravam ter grande capacidade de adaptação, de reinvenção e reelaboração de estratégias, de perseverança na defesa daquilo que consideravam o “mais justo”. Tiveram por conta disso algumas vitórias e, sem dúvida, muitas derrotas. Mas uma coisa que não se pode negar é que esses mesmos camponeses sabiam o que queriam. Por tudo isso, é difícil crer que, em um contexto de luta tão restrito e que exigia tamanha inventividade por parte daqueles que nele agiam, os camponeses atuassem como se ainda pertencessem a um “tempo de inocência”. É igualmente difícil acreditar que os camponeses tenham se deixado enganar de forma tão insistente e por tanto tempo. Os fatos parecem indicar para uma outra direção: os camponeses basicamente apresentaram por anos a fio as mesmas reivindicações, que eram tão-somente as que tinham a ver com as suas necessidades mais prementes. Ao encampar bandeiras de outros grupos, os camponeses nada mais faziam do que tentar lançar o seu movimento em um plano de reconhecimento muito além do oferecido pelo plano local. Assim agindo, os ganhos esperados em termos de estratégia política eram incontáveis. A relação com grupos e partidos políticos e, principalmente, com os movimentos sociais urbanos foi talvez, nesse sentido, um grande *investimento* por parte desses camponeses. É preciso que se entenda que, ao defender uma causa que só dissesse respeito ao PCB, os camponeses não faziam isso por excesso de inocência ou infantilidade política, mas sim por uma convicção de que aquilo era importante em termos estratégicos. E é necessário também que deixemos de ver os comunistas ou qualquer outro

grupo político como agentes movidos simplesmente por um misto de astúcia e má-fé junto aos camponeses – nada mais do que uma reprodução da visão surgida com o romantismo alemão do século XVIII que contrapunha o *bondoso e puro* camponês ao burguês *inescrupuloso e oportunista* –, e passemos a enxergá-los como agentes que também tinham seus interesses – igualmente prementes – a defender. Assim como os camponeses, tais grupos estavam imersos em um contexto de luta que constantemente lhes cobrava respostas, posições e iniciativas. Nunca é demais lembrar que esse tipo de agente freqüentemente atuava e ainda atua segundo a lógica da maximização de rendimentos políticos e não por uma lógica pastoral ou de cunho beneficente, cujo princípio basilar é a afirmação de sentimentos de altruísmo – por mais que esses mesmos grupos políticos tentem nos fazer acreditar nisso.

E, quanto a nós pesquisadores dos movimentos sociais, qual escolha podemos tomar? O que pensar quando nos deparamos com a seguinte alternativa: investir em uma linha de investigação que leve em consideração todas essas questões ou fazer coro com versões como as veiculadas por jornais de perfil como *O Globo*, que, com uma reportagem intitulada “Os trabalhadores rurais estão sendo iludidos em sua boa-fé” – publicada no final dos anos 50 e que posteriormente inspiraria alguns trabalhos acadêmicos décadas depois –, fazia sérias denúncias a respeito das ligas camponesas. O jornal dizia-se estarecido pelo fato de que

o trabalhador rural está sendo utilizado por dirigentes dessas ligas para servir a interesses políticos, e muitas vezes subversivo. Iludido em sua boa-fé, apega-se à sua associação, sem sentir que está sendo usado para fins de fato deploráveis e contrários aos interesses do Estado.²⁵

Abstract: This article analysis some notions and thesis of José de Souza Martins' work, especially those aspects concerning to the revolutionary role of brazilian peasants, in the course of the period 1945-1964. In this text, the considerations about a supposed revolutionary character

of the peasants will be confronted with quotidian political practice of some political groups of the field and city. Our information sources are constituted for papers, sindical documents and declarations of peasant Congress and Meetings.

Key-words: social movements; peasant; political culture; Brazilian Communist Party

Referências

CAMARGO, Aspásia. *Brésil Nord-est: mouvements paysans et crise politique*. Paris, 1973. Thèse de 3^e cycle. – École Pratique des Hautes Études.

CARONE, Edgar. *O.P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

DURHAM, E R. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 10, 1984.

FERREIRA, Ruth V. Lopes. Movimentos sociais e partidos políticos. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 3, novembro de 1994.

FRANK, André Gunder e FUENTES, Maria. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*, n. 17, junho de 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* – vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOBBSBAWN, Eric & RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais no Brasil. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 9, 1980.

LEANDRO, José. *Depoimento*. Fortaleza: s/ ed., 1988.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *A caminhada no chão da noite*. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil* (terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

25. *O Globo*, 19/6/1959.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: ROYO, Marcos Del; MORAES, João Quartim (Orgs.) *História do marxismo no Brasil* – vol. 4. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1998.

MOORE Jr, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*, vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SANTOS, OTO. O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses (1954). In: SANTOS, R. (Org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Edur, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, P. (Org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SILVA, Lyndolpho. Entrevista. *Estudos Sociedade Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 2, junho de 1994.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alan. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n. 17, junho de 1989.

VERAS, Nestor. O papel dos camponeses na revolução. In: SANTOS, R. (Org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Edur, 1996.

WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.